



## Audiência dos sindicatos do RS e patrões no TRT foi adiada para segunda-feira (14)



Prédio do TRT4, em Porto Alegre, que está fazendo a mediação na negociação

A audiência de mediação que foi solicitada ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT) pelo Sindivigilantes do Sul e outros sindicatos, marcada inicialmente para quinta-feira (10), foi adiada para o dia 14, segunda-feira, às 09 horas.

Estarão presentes os representantes dos sindicatos da categoria que ainda não assinaram a convenção coletiva deste ano e a entidade patronal (Sindesp).

Estas reuniões, com a participação também do Ministério Público do Trabalho, estão acontecendo por solicitação dos sindicatos dos vigilantes, diante do impasse na negociação com as empresas.

### Nenhuma proposta nova

Uma audiência já aconteceu, dia 26 de abril, mas o Sindesp não apresentou no tribunal NENHUMA PROPOSTA NOVA, não houve avanço algum, em relação à proposta que as empresas já ofereceram aos sindicatos nas reuniões anteriores. Ela contém inúmeros prejuízos aos trabalhadores, que a categoria já considerou inaceitáveis em assembleias na capital e interior.

Além disso, a entidade patronal foi intimada pelo desembargador Ricardo Carvalho Fraga, que presidiu a sessão, a se manifestar no prazo de dez dias (já encerrado) a respeito das mensalidades

e convênios dos vigilantes, que estão sendo descontados dos salários mas não estão sendo repassados pelas empresas.

Até agora, os patrões foram intransigentes e mantiveram a mesma proposta das últimas reuniões: 2,81% de reajuste dos salários e vale-alimentação, que iria para R\$ 19,23, e nenhum avanço em outras cláusulas, como a questão dos intervalos.

**Veja aí alguns exemplos de prejuízos da categoria contidos na proposta patronal que estão provocando o impasse nas negociações.**

1- A vigência da Convenção Coletiva será somente após o registro no Ministério do Trabalho, ou seja, os valores não serão pagos retroativos à data-base (1º de fevereiro).

2- Intervalo reduzido para 30 minutos, com a possibilidade de que seja fracionado em duas vezes.

3- Início do intervalo uma hora após o início da jornada ou antes do final da mesma.

4- O vigilante bancário e da escala 12x36 terão que trabalhar no fim de semana para complementar jornada.

5- As férias poderão iniciar em dia de feriado ou domingo.

6- Poderá ser adotada toda e qualquer escala de trabalho, à livre escolha do patrão

7- Se for assinada essa convenção, daqui para frente, não vale mais a lei, a jurisprudência, as decisões judiciais que já foram tomadas, mas só o que estiver na convenção DELES!

### ALÉM DISSO, PELA REFORMA TRABALHISTA:

1- O pagamento de adicional noturno, na 12x36, será computado das 22 horas até as 5 horas, após isso é considerado horário normal para fins de pagamento.

2- Termina o pagamento em dobro do feriado trabalhado para a escala 12x36.

Fonte: Sindvigilantes do Sul

# Processo do Adicional de Risco de Vida sobre as férias e 13º Salário dos vigilantes da Brasfort



O Sindicato dos Vigilantes do DF informa que no dia 04/05 foi proferido despacho sobre o processo 0000187-07.2014.5.10.000, referente ao não pagamento do Adicional de Risco de Vida sobre as férias e o 13º salário, período 2011 a 2013, dos vigilantes da Brasfort. O excelentíssimo Juiz da 4ª Vara do Trabalho de Brasília determinou à empresa reclamada Brasfort o prazo de 120 dias para juntar aos autos do

processo a documentação financeira de todos os funcionários com o objetivo de apurar os valores do referido processo.

O prazo de 120 dias, segundo alegação do Juiz, se dá pelo elevado número de documentos a serem disponibilizados aos autos e, caso a empresa Brasfort não consiga apresentar a documentação no prazo estipulado de 120 dias aos autos do processo, o juiz determinará uma perícia contábil que será custeada pela empresa para levantamento da documentação exigida.

Fonte: SindesvDF

## Vigilante é morto em escola de Ceilândia. Polícia investiga



Um vigilante foi morto a tiros na Escola Classe Jiboia, em Ceilândia. Um outro funcionário encontrou o corpo do colega na manhã desta quinta-feira (10/5).

Como a vítima apresentava um sangramento no nariz, a testemunha acreditou se tratar de infarto e chamou por socorro. No entanto, logo depois percebeu que o corpo apresentava perfurações. De acordo com a Polícia Militar, o criminoso não levou objetos pessoais da vítima, o que indica que pode ter ocorrido um acerto de contas.

Na última quinta-feira (3/5), a mesma escola, que fica na área rural de Ceilândia, foi alvo de assaltantes. Um vigilante chegou a ser espancado e precisou ser levado ao hospital.

Na sexta-feira (4), dois homens armados invadiram a estação de Metrô 102 Sul e

assaltaram o vigilante que estava no local. Eles fugiram levando a arma, o colete à prova de balas e o telefone celular do funcionário. Ninguém foi preso.

Fonte: Metropoles DF

### Nota da CNTV

Há dez dias houve uma tentativa de assalto a esta escola e o vigilante do plantão conseguiu impedir o ato. Um vigilante folguista foi ontem substituir este vigilante e foi vitimado por quatro tiros. Nada foi levado do posto de ser serviço ou do trabalhador, por isso, se faz mais que urgente à apuração ágil deste fato. É inadmissível que pais de família saiam de casa para proteger o patrimônio alheio e retornem para as suas famílias em caixões.

Lamentamos muito o ocorrido e nos solidarizamos com os colegas vigilantes do Distrito Federal, com a família e amigos do companheiro.

# Senador apresenta Estatuto do Trabalho como contraponto à ‘reforma’ trabalhista

Segundo Paulo Paim, proposta visa a conciliar interesses de trabalhadores e empregadores, “negando aquele absurdo que infelizmente virou lei”



Parlamentar defende revogação da lei que entrou em vigor em novembro, argumentando que texto beneficia só uma das partes

O senador Paulo Paim (PT-RS) vai apresentar hoje, quinta-feira (10) o chamado Estatuto do Trabalho, uma proposta de código que, segundo ele, visa a conciliar interesses de trabalhadores e empregadores. O relatório será divulgado em uma subcomissão temporária, criada com esse fim, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) da Casa.

Relator da proposta, Paim adiantou que o Estatuto do Trabalho terá mais de 900 artigos e que está aberto para receber sugestões. “Nós vamos ouvir a todos. Porque assim é que

é a democracia, saber ouvir o contraditório. E respeitar inclusive os que pensam diferente. E o relatório final que vai na linha da justiça e negando aquele absurdo que infelizmente virou lei”, disse o senador, referindo-se à Lei 13.467, de “reforma” trabalhista, aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional e em vigor desde 11 de novembro. O parlamentar é favorável à revogação da lei, argumentando que o texto só beneficiou uma das partes – os empresários.

Segundo Paim, a proposta deverá ser discutida no dia 28, em sessão temática no plenário do Senado. O anúncio foi feito nesta terça-feira (8), durante audiência pública que discutiu as mudanças causadas pela nova lei. O debate na subcomissão começou em agosto. Desde então, foram realizadas 20 audiências públicas.

Para aprová-la mais rapidamente, o governo acenou com uma medida provisória que “corrigiria” eventuais problemas. A MP veio, com o número 808, mas nem chegou a ser discutida e caducou.

Fonte: Rede Brasil Atual

# Temer quer vetar artigo de Projeto de Lei que beneficiará trabalhadores

CUT agendou reunião nesta quinta (10) no MTE para tentar impedir veto no artigo que modifica repasses do SINE para melhorar o combate ao desemprego, reinserção no mercado do trabalho e qualificação profissional



Apesar das taxas recordes de desemprego, como a registrada no trimestre encerrado em março de 13,1%, que atinge mais de 13,7 milhões de brasileiros, segundo o IBGE, o ilegítimo Michel Temer (MDB-SP) pode vetar o principal artigo de um Projeto de Lei (PL) que prevê uma gestão mais eficiente do Sistema Nacional de Emprego (SINE), tanto no que se refere à administração dos recursos quanto nas parcerias firmadas para melhorar a intermediação de mão de obra, recolocação mais rápida de trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho e a qualificação profissional.

O governo pode vetar o parágrafo único do artigo 13 do PL que dispõe sobre a obrigatoriedade de a União custear o sistema por meio de transferências automáticas fundo a fundo, que teria a participação de Estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos que firmassem convênios para aderir ao SINE.

Na prática, a nova legislação propõe que o SINE seja gerido, executado e financiado conjuntamente pelo Ministério do Trabalho e essas instituições. À União caberia, principalmente, a coordenação nacional, a concessão dos benefícios seguro-desemprego e abono salarial, a identificação do trabalhador e da trabalhadora que pode ser beneficiado e a coordenação da certificação profissional.

“O sistema fundo a fundo reduz qualquer situação de desvio de verba porque o recurso será repassado de forma automática”, diz o secretário nacional de Administração e Finanças da CUT, Quintino Severo, que critica veementemente a possibilidade de Temer vetar esse artigo, entre outras coisas, porque, segundo ele, o Projeto de Lei aprovado pelo Senado deixa muito mais explícito e transparente como o dinheiro destinado ao SINE deve ser aplicado e utilizado.

O dirigente, que é conselheiro da CUT no

Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) desde 2009, ressalta que a Central defende e vem lutando em todos os fóruns para que o SINE tenha uma legislação que dê mais tranquilidade ao trabalhador e à trabalhadora, para que possa haver uma contratação mais rápida, como propõe o item da lei que Temer pode vetar, que é esse justamente o que trata da gestão 'fundo a fundo'.

Ele disse ainda que, para garantir que o parágrafo único do artigo 13, que dispõe sobre o repasse de recursos seja mantido, a bancada dos trabalhadores no Conselho de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho agendou uma reunião esta quinta-feira (10) com Helton Yomura, ministro da pasta.

“Nós queremos que seja assim, da forma como o texto foi redigido e aprovado no Congresso Nacional, pois se o repasse não for obrigatório, não funciona e pode haver interrupção dessa importante política pública,” ressalta Quintino.

A reunião com o ministro do Trabalho foi articulada pelos trabalhadores e a CUT sugeriu que a bancada dos empregadores fosse convidada porque são uma das partes que também têm interesses na melhoria de gestão do SINE, porta de entrada do trabalhador qualificado no mercado de trabalho.

“É importante que eles [empregadores] também façam pressão para o governo não vetar esse importante artigo”, afirma Quintino.

Para o dirigente, mesmo com a nova legislação trabalhista, que extinguiu direitos conquistados pela classe trabalhadora, o SINE é uma iniciativa que poderá produzir um retorno importante, como por exemplo, a intermediação da mão de obra qualificada. Portanto, é uma política fundamental para toda a sociedade brasileira e para o país.

“Melhorar a qualidade do SINE e ter a garantia, via FAT, de que esses recursos chegarão ao sistema é extremamente importante tanto para esse momento de alta no desemprego como também nos momentos de pleno emprego, porque o SINE oferece a oportunidade de rapidez na recolocação do trabalhador no mercado de trabalho, e pode evitar a rotatividade de mão de obra”.

E a nova lei é muito importante, na avaliação do secretário nacional de Administração e Finanças da CUT, porque muitos SINE's não conseguiram prestar conta das atividades devido à enorme burocracia da lei. Com isso, deixavam de receber repasses do governo federal por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

“Isso gerava um problema grave. Por mais que se tenham dificuldades, o SINE ainda é uma porta de entrada importante para o emprego e tem o papel de fazer o gerenciamento da política pública de emprego, intermediação de mão de obra e qualificação profissional”, afirmou o dirigente.

### **Repasse com transparência**

De acordo com o técnico do Dieese, Alexandre Ferraz, a nova lei deve agilizar os repasses, facilitar e reduzir o custo e a burocracia da fiscalização e da prestação de contas e livrar os gastos de frequentes contingenciamentos, criando novas e mais estáveis bases para a operacionalização do sistema.

“As políticas de qualificação e intermediação foram sufocadas a partir do contingenciamento e restrição de recursos ao longo do tempo. Além disso, os convênios são de difícil operacionalização e têm alto custo de prestação de conta”, pontuou o economista.

Ainda de acordo com Ferraz, o Brasil é um dos países que menos investe nas políticas de qualificação e intermediação de mão de obra em proporção aos gastos com o seguro desemprego. Os postos do SINE e a rede conveniada, disse o especialista, realocam menos de 0,4% dos trabalhadores e trabalhadoras inscritos na fila por emprego.

“Os gastos com qualificação e intermediação provavelmente permitem uma economia com os gastos com o seguro. Estudos do IPEA mostram, por exemplo, que para cada 0,1% de trabalhadores realocados, que recebiam seguro, o Estado economiza cerca de R\$ 13 milhões com a volta do trabalhador ao mercado”.

Fonte: CUT

# Juízes dizem que ex-presidente do TST ameaça magistrados



**A afirmação de Ives Gandra Filho, ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST)**, de que a Justiça do Trabalho poderá acabar se juízes se opuserem à reforma, foi mal recebida por profissionais da área.

Mais de 1.500 magistrados, servidores, advogados e políticos assinaram uma carta aberta em protesto ao posicionamento de Gandra Filho, entre eles o advogado Tarso Genro, ex-ministro da Justiça, e os juízes Valdete Souto Severo e Jorge Luiz Souto Maior.

O ministro do TST se queixou de juízes que, segundo ele, resistem em aplicar a reforma trabalhista, durante um evento em São Paulo, na última quinta-feira (3).

“Se esses magistrados continuarem se opondo à modernização das leis trabalhistas, eu temo pela Justiça do Trabalho. De hoje para amanhã, podem acabar com [a instituição]”, afirmou.

Os signatários da carta a Gandra Filho veem as declarações como uma ameaça. “Ao inocular o medo do fim da Justiça do Trabalho (...) o que se faz é tentar compelir magistrados trabalhistas a julgarem em desacordo com a ordem constitucional vigente e com sua independência.”

“Trata-se, em verdade, de uma ameaça: a de que a Justiça do Trabalho será extinta pelo fato de os juízes e juízas do trabalho cumprirem sua obrigação de não aplicar o puro texto da [reforma

trabalhista], sem filtrá-la a partir dos parâmetros constitucionais.”

Existem aproximadamente 4.500 magistrados da Justiça do Trabalho no Brasil, entre ativos e aposentados

No último sábado (4), se reuniu o 19º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), em que juízes debateram como interpretar a reforma trabalhista à luz da Constituição. O ministro Ives Gandra Filho foi declarado persona non grata durante o evento.

Para Souto Severo, juíza do Trabalho de Porto Alegre (RS) que encabeçou a petição, a afirmação de Gandra foi “afrontosa a todo mundo que lida com direito do trabalho”.

Os juízes que assinam a carta defendem que não estão se negando a aplicar a lei, e sim a interpretando de acordo com a Constituição, que versa sobre direitos trabalhistas.

A palavra final caberá ao STF (Supremo Tribunal Federal), que deve começar a julgar, nesta quarta (9), 21 processos que tratam da constitucionalidade da reforma trabalhista.

“Quando o Ives se manifesta, o fim da Justiça do Trabalho é quase uma bandeira, de alguém que esteve à frente dessa instituição e que deveria defendê-la”, diz Souto Severo.

A juíza afirma que a reforma trabalhista impôs barreiras aos trabalhadores que querem ingressar com ações. Na nova regra, quem perde a causa pode ser condenado a pagar honorários ao advogado da empresa e custas processuais.

“As regras que impedem o acesso à Justiça é que podem acabar com a Justiça do Trabalho, porque os trabalhadores terão receio de ingressar com ações.”

Entre dezembro e fevereiro de 2018, as varas da Justiça do Trabalho receberam 48,3% menos ações em relação ao mesmo período do ano anterior.

Fonte: [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br)

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)  
[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF